

Educação em novos rumos

Jota Alcides

Editor-Chefe

Está havendo uma mudança significativa e preocupante no painel da educação brasileira. Milhares de pais, em todo o País, se encarregaram de fazer essa alteração nos últimos dias tirando seus filhos das escolas particulares e levando-os para as escolas públicas. Há muitos anos isso não acontecia de forma tão veemente, tendo em vista sobretudo a progressiva deterioração do ensino do pré-escolar ao 2º grau na rede oficial.

Entretanto, o que se viu agora neste início de janeiro, no Brasil inteiro, foram milhares de famílias, inclusive da classe média, de acampamentos montados durante semanas em escolas públicas aguardando, ansiosamente, o momento de garantir uma vaga para seus filhos. Pressionadas pela crise econômica, pela recessão e pelo achatamento salarial, ficaram sem condições de suportar os elevados preços das mensalidades na rede particular e, sem alternativa, correram para o ensino público. Mesmo com o reconhecimento geral de que, no sistema oficial, a qualidade do ensino desceu ao seu nível mais baixo.

São ainda imprecisos os números, mas alguns indicadores são bastante expressivos. Somente na cidade do Rio de Janeiro, 250 mil crianças em idade escolar já estão fora da escola este ano porque a rede municipal, com 600 mil alunos matriculados, não teve capacidade para atender a demanda. Em São Paulo, capital, numa rede de 736 mil alunos matriculados, a maior parte das transferências realizadas foi proveniente de escolas privadas. E em Brasília, há estimativas de que aproximadamente 20 mil alunos deixaram as escolas particulares e desembarcaram nos estabelecimentos públicos. A rede particular já admite em Brasília ter perdido cerca de 12

por cento do seu conjunto de 120 mil estudantes. Enquanto esses números são checados e os levantamentos oficiais não são concluídos, uma coisa está bem nítida: é muito alto e comprovado o índice de evasão de estudantes da rede privada para a rede pública de ensino.

Esse movimento, provocado principalmente por parcela considerável da classe média, sufocada pela crise financeira, é preocupante porque agrava ainda mais os níveis qualitativos do ensino público já tão afetados pela insuficiência de recursos, pela falta de equipamentos e pela falta de espaço compatível com as necessidades. Mas, é um movimento positivo porque faz retomar o debate, velho e sempre renovado, sobre a carência de um programa nacional de reforma do sistema educacional brasileiro. Uma reforma que garanta ampliação da capacidade da rede de ensino oficial possibilitando vagas para todas as crianças em idade escolar, proporcione investimentos permanentes na valorização dos professores, através da dignidade salarial e de cursos de reciclagem e aperfeiçoamento, e busque, competentemente, melhorar a qualidade de ensino no País.

Constitucionalmente, educação é responsabilidade do Estado. Mas, esse compromisso não tem sido cumprido com a eficiência exigida, provocando, ao longo de décadas, graves distorções. Por isso, o Brasil apresenta hoje um balanço cruel de mais de 30 milhões de analfabetos e quase nove milhões de crianças fora das escolas. Agora, com a corrida da classe média empobrecida para a escola pública, o Governo, em seus níveis federal, estaduais e municipais, praticamente fica sob exigência mais enfática da sociedade para que assuma, decididamente, o compromisso de ampliar, fortalecer e melhorar a qualidade da educação pública no Brasil.